

**PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE
COMUNICAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO,
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE
CIDADANIA AO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 2.721, DE 2023**

**SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº
2.721, DE 2023**

Dispõe sobre a prestação de serviços
postais aos órgãos públicos federais da
Administração Direta e Indireta, e dá outras
providências.

NOVA EMENTA: Dispõe sobre a prestação
de serviços postais aos órgãos públicos
federais da administração direta e indireta.

Autor: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

Relator: Deputado VICENTINHO JÚNIOR

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.721, de 2023 (originalmente PL nº 6385/2016), do Deputado André Figueiredo, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, tendo sido a matéria remetida ao Senado Federal, em 19/5/2023. Naquela Casa, sofreu alterações de mérito, remetidas de novo à Câmara dos Deputados, em 19/10/2023, sob a forma de Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.721, de 2023, as quais são objeto de descrição neste Relatório.



A primeira modificação foi na ementa da proposição, que passou à seguinte redação: “Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta”.

Outra modificação ocorreu no art. 1º, que passou a dispor sobre o objeto da lei, adaptando a minuta às formalidades exigidas pelo art. 7º da Lei Complementar nº 95/1998, norma que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O art. 2º sofreu transformações expressivas: **a)** adaptou a minuta aos artigos da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), substituindo referências à Lei nº 8.666, de 1993; **b)** inseriu a *Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras)* como empresa apta para contratação preferencial e direta, em se tratando de serviços de comunicação multimídia, regidos pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; **c)** esclareceu que entende-se como “serviço de comunicação multimídia” o serviço fixo de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em âmbito nacional, que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, inclusive o provimento de conexão à *internet*.

O art. 3º, que antes era a cláusula de vigência, agora passou a dispor que “O Poder Executivo editará regulamento para disciplinar as regras e as condições de prestação de serviços postais e de comunicação multimídia de que trata esta Lei”.

No Substitutivo do Senado, um art. 4º passou a ser a cláusula de vigência, prevista para ocorrer na data de publicação da nova lei.

No seu retorno à Câmara dos Deputados, para apreciação das modificações aprovadas no Senado Federal, a matéria foi distribuída às Comissões de Comunicação - CCOM, de Administração e Serviço Público - CASP, Finanças e Tributação - CFT (mérito e art. 54 do RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (at. 54 do RICD), sujeita à apreciação do Plenário, em regime de urgência de tramitação.

A matéria está pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O Substitutivo oriundo do Senado Federal contempla medidas consentâneas com a bem fundamentada Justificativa do projeto de lei original (PL nº 6385/2016), do nobre Deputado André Figueiredo, especialmente com o seguinte trecho:

*“(…) Vale lembrar que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos exerce um papel relevante na composição da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do País. **A oferta de um canal de comunicação eficiente à sociedade, que tenha a mais ampla cobertura nacional, além de ser obrigação do Estado aos seus cidadãos, oportuniza que os fluxos de comunicação e de logística possam apoiar as empresas a gerar negócios, empregos e renda para a população de forma geral.***

*Dessa forma é importante que a ECT, mesmo tendo que ofertar serviços também em áreas deficitárias, tenha condições de ser sustentável, oferecer uma rede de logística postal adequada às demandas do mercado, com ofertas de serviços com índices de confiabilidade e eficiência, bem como nos prazos acordados com os clientes. **Ora, é natural que sendo uma Empresa do Estado, prestadora de serviços públicos, o próprio Estado utilize seus serviços sempre que necessários.***

*Embora a ECT ainda goze de elevado conceito no mercado, e seja a empresa pública de maior credibilidade junto à população brasileira há muitos anos, em função da excelência de seus serviços, **a sua situação financeira é grave e, se não saneada com urgência, comprometerá a continuidade na prestação dos seus serviços**”.*
(Grifamos)

Nesse sentido, é meritória e oportuna a matéria que retorna do Senado Federal, que acrescentou a *Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras)* como empresa também apta para contratação preferencial e direta, com dispensa de licitação, pela Administração Direta e Indireta, em se tratando de serviços de comunicação multimídia, regidos pela Lei nº 9.472, de 1997¹.

¹ “Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”.



Com isso, estendeu-se à *Telebras* uma preferência prevista, inicialmente, somente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Essa Emenda da Relatora, Senadora Professora Dorinha Seabra, faz todo o sentido, pois as mesmas razões que justificam a dispensa de licitação para a contratação dos Correios estão presentes para a dispensa de licitação para a contratação da *Telebras*.

Criada em 1972, a *Telebras* é uma sociedade de economia mista de capital aberto, que fornece soluções de conexão a diversas localidades do país e promove políticas públicas de inclusão digital.

Em parceria com o Ministério das Comunicações, a *Telebras* já instalou mais de 18,8 mil antenas fixas de conexão banda larga via satélite em todo o Brasil. Por meio do *Programa Wi-Fi Brasil*, o trabalho em conjunto beneficia escolas públicas, unidades de saúde, unidades de segurança, assentamentos, territórios indígenas, entre outros.

Além do seu papel social, a empresa estimula ainda o desenvolvimento do mercado de telecomunicações fornecendo infraestrutura para *internet* banda larga aos provedores regionais, estimulando as economias regionais e fomentando a concorrência no setor de telecomunicações².

E quanto à ECT (os “Correios”), cabe lembrar que ela presta serviços em regime de exclusividade e outros em concorrência com as demais empresas privadas do setor. Mas o projeto de lei trata da contratação direta apenas dos serviços postais não exclusivos.

Sobre esse tema, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento sedimentado, no sentido da constitucionalidade da contratação, com dispensa de licitação, dos serviços dos Correios³.

Acontece que, não há, atualmente, obrigatoriedade de órgãos e entidades da administração federal contratar os Correios. Ou seja, embora seja possível a contratação da ECT sem licitação, pode cada ente decidir se realiza ou não essa contratação.

2 Fonte: Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/09/ccj-aprova-preferencia-de-uso-dos-correios-pela-administracao-publica>. Acesso em 25/10/2023.

3 O precedente paradigma foi proferido no julgamento do Mandado de Segurança nº 34.939, em dezembro de 2019.



Nesse sentido, o projeto de lei aqui analisado busca superar essa realidade, ao determinar a contratação preferencial da ECT (e da *Telebras*), caso seja demonstrada a compatibilidade de preços com o mercado.

Releva anotar que a Relatora da matéria no Senado, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi bastante feliz, ao inserir a palavra *expressamente*, no seguinte ponto do Substitutivo:

“Art.

2º

*I - a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a prestação e a utilização de serviços postais não exclusivos, definidos **expressamente** no Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e na Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978; e*

.....”

Trata-se de medida que busca evitar qualquer tipo de interpretação ampliativa das possibilidades de dispensa de licitação tratadas na minuta.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, devemos considerar que o Substitutivo oferecido pelo Senado Federal dispõe sobre a prestação de serviços postais, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e de serviços de comunicação multimídia, pela Telebras, aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta. Nesse sentido, verificamos não haver indícios de que a eventual aprovação da proposição teria implicações orçamentárias ou financeiras líquidas e certas sobre receitas ou despesas públicas da União.

III – CONCLUSÃO DO VOTO

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM), com base nas atribuições elencadas no inciso XXVII do art. 32, do Regimento Interno desta Casa, somos pela **APROVAÇÃO** das alterações



efetuadas na matéria, constantes do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.721, de 2023.

Pela Comissão de Administração e Serviço Público (CASP), somos pela aprovação das alterações efetuadas na matéria, constantes do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.721, de 2023. Não há nada mais lógico do que estabelecer as preferências previstas na proposição (para a ECT e Telebras), quando se trata de contratação direta por meio de órgãos integrantes da administração pública federal. Potencialmente, a preferência legal pode levar a uma redução nos custos de utilização desses serviços, sem falar na garantia de maior número de contratos entre o governo federal e a ECT e a Telebras.

Pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), votamos pela não implicação orçamentária e financeira em aumento ou diminuição da receita ou despesa públicas no Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.721, de 2023, e, no mérito, pela aprovação da matéria.

Pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.721, de 2023.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado VICENTINHO JÚNIOR
Relator

2023-18677

